

APROPUC ASSINA NOVO ACORDO INTERNO DE TRABALHO

Na quarta-feira, 07/06, o presidente da Associação dos Professores da PUC-SP, João Batista Teixeira da Silva, assinou um novo Acordo de Interno de Trabalho com vigência até 30/04/2024.

O novo texto apresenta poucas modificações em relação ao anterior, veja quadro ao lado. A Fundasp pretendia introduzir duas modificações que foram rejeitadas pelos professores. Na cláusula sobre Contrato de Trabalho a mantenedora pretendia incluir o limite para início dos contratos de trabalho de tempo parcial (que agora pela deliberação da Fundasp começam em TP-12 e não mais em TP-10). Mas os docentes entenderam que além de danosa essa modificação afrontava as diretrizes da CLT que impede redução de salário sem justificativa adequada.

Encerramento de carreira

Os professores também recusaram a inclusão da cláusula 36ª que previa condições para o final de carreira docente, que permitiria à FUNDASP o período de até um ano para efetivar o desligamento de professoras e professores demitidos. Houve um entendimento que a medida era incompleta e poderia mais prejudicar do que beneficiar os docentes.

A partir deste Acordo a Fundasp passará a exigir a comprovação legal da dependência financeira dos dependentes para concessão de bolsas. Esta exigência já está presente na

Convenção do Sinpro-SP mas não era aplicada à risca pela mantenedora.

Os benefícios foram reajustados em 9%, percentual equivalente ao aumento médio das mensalidades.

O desconto na refeição padrão será concedido a professores com contratos inferiores a TP-20. Prevaleceu a ideia de quem ganha menos deve ter acesso a alimentação ampliado

O Acordo passará a ter validade a partir da assinatura da Mantenedora e do Sinpro-SP.



O presidente João Batista Teixeira assina o texto final do Acordo

Veja as principais alterações no Acordo Interno dos docentes

Acordo 2023	Acordo anterior
Vigência - Até 30/04/2024	Até 30/04/23
Contrato de trabalho dos Professores da FUNDASP é regido pelo regime de Tempo Integral e Parcial, composto por horas de docência, pesquisa e extensão.	Regido pelo regime de Tempo Integral e Parcial, não inferior ao regime de TP-10, composto por horas de docência, pesquisa e extensão.
Professor substituto - Benefício da gratuidade previsto na cláusula 22 do presente Acordo Interno, mediante prorrogação do contrato de trabalho por prazo indeterminado, previsto no §2º da Cláusula Quarta deste Acordo Interno;	Benefício da gratuidade previsto na cláusula 22 do presente Acordo Interno restrito ao período de substituição.
Cláusulas econômicas – Adiantamento salarial passa para R\$ 3.215; auxílio escola R\$950,00; auxílio funeral R\$ 5.545,00 reajuste de 9%)	
Garantia Semestral De Salários - comunicação de dispensa sem justa causa até um dia antes do início das férias	Comunicação de dispensa sem justa causa até 20/junho
Gratuidades: Todo professor, enquadrado nas disposições contidas na Convenção Coletiva de Trabalho SEMESP/SINPRO, ou seja, ao término do contrato de experiência previsto no art. 445 da CLT, tem direito à gratuidade, incluindo matrícula, para si, seus filhos e seus dependentes legais.	Todo professor tem direito à gratuidade, incluindo matrícula, para si, seus filhos e seus dependentes legais.
Aviso Prévio para Professores com 49 (quarenta e nove) anos de Idade: Para o Professor com, no mínimo, 49 (quarenta e nove) anos de idade, na data de desligamento, fica assegurado um acréscimo ao aviso prévio de, no mínimo, 15 (quinze) dias, sem prejuízo da cláusula anterior.	Aviso Prévio para Professores com 48 (quarenta e oito) anos de Idade: Para o Professor com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) anos de idade, na data de desligamento, fica assegurado um acréscimo ao aviso prévio de, no mínimo, 15 (quinze) dias, sem prejuízo da cláusula anterior.

Fundasp publica ato que reduz salários docentes

A Fundasp, mantenedora da PUC-SP, divulgou nesta semana o Ato 01/2023 que estabelece novas diretrizes para a composição do contrato docente a partir do segundo semestre de 2023.

Pelo documento professores que ministram até 6 créditos passam a ter seu contrato regido pelo chamado Fator de Trabalho Docente, FTD. Até este semestre, esse limite era de 5 créditos (veja tabelas comparativas ao lado). Os contratos de tempo parcial começam agora a partir de 7 créditos que serão computados como TP-12.

Os professores da PUC-SP, nas assembleias da APROPUC, se posicionaram contra tal mudança, por entenderem que ela seria danosa aos docentes e solicitaram a exclusão da menção dos reflexos dessa medida no Acordo Interno de Trabalho. A APROPUC levou essa posição ao Consad, solicitou também uma dilatação do prazo para maiores estudos e debate pela comunidade acadêmica, o que foi negado pelo Conselho.

O PUCviva ouviu alguns gestores da universidade que ainda aguardavam uma melhor definição do quadro de contratos para o segundo semestre para avaliarem os reais efeitos da medida. Também no pós-graduação os efeitos da deliberação deverão ser sentidos, mas o professor Márcio Alves da Fonseca, pro-reitor de pós graduação, informou que aguarda os desdobramentos da situação para ter um melhor posicionamento. Segundo ele a deliberação poderá ter um efeito menor se for aplicado o critério de que a redução só valerá para professores que compõem o seu contrato exclusivamente no pós. Aqueles que têm um contrato híbrido, no pós e na graduação, não deverão sofrer redução, segundo o entendimento da reitoria. Porém os efeitos da medida poderão ser maiores na medida em que os cursos reduzam também os contratos dos professores que estão acima dos parâmetros de FTD, em uma forma de “socializar as perdas”.

A APROPUC está chamando uma reunião aberta para esta quarta-feira, 14/6, às 16 h. para debater a questão. Ao lado reproduzimos as tabelas das deliberações de 2022 e 2023.

DELIBERAÇÃO CONSAD 04/2022

Tabela 1. Composição semestral das atividades acadêmicas regulares nos contratos de trabalho de Tempo Parcial (TP) e Tempo Integral (TI) dos docentes:

Graduação		Pós-Graduação				
Disciplinas		Orientação		Disciplinas		
Nº de Créditos	Contrato no Semestre	Nº de Orientandos	Contrato no Semestre	Nº de Disciplinas	Nº de Créditos	Contrato no Semestre
3	5 *	3	5 *	1	2	5 *
4	5 *	4	5 *	1	3	TP 10
5	5 *	5	TP 10	1	4	TP 10
6	TP 10	6	TP 10	1	5	TP 10
7	TP 10	7	TP 10	2	2 Créditos + 1 Crédito	TP 10
8	TP 15	8	TP 15	2	2 Créditos + 2 Créditos	TP 10
9	TP 15	9	TP 15	1	2 Créditos + 3 Orientandos	TP 10
10	TP 20	10	TP 20			
11	TP 20	11	TP 20			
12	TP 25	12	TP 20			
13	TP 30	13	TP 25			
14	TP 30	14	TP 25			
15	TP 35	15	TP 30			
16	TP 35	16	TP 30			
17	TI 40	17	TP 30			
18	TI 40					

* Essas horas são referência para composição de contrato (TP/TI) somente quando somadas a outras atividades acadêmicas na Graduação/Pós-Graduação e/ou somadas com horas Acadêmico-Administrativas.

DELIBERAÇÃO CONSAD 01/2023

Tabela 1. Composição semestral das atividades acadêmicas regulares nos contratos de trabalho de Tempo Parcial (TP) e Tempo Integral (TI) dos docentes:

TEMPO PARCIAL (TP) E TEMPO INTEGRAL (TI)			
Graduação		Pós-Graduação - Orientação	
Nº de Créditos	Horas Contratuais	Nº de Orientandos	Horas Contratuais
7	TP 12	8	TP 15
8	TP 15	9	TP 15
9	TP 15	10	TP 20
10	TP 20	11	TP 20
11	TP 20	12	TP 20
12	TP 25		
13	TP 30		
14	TP 30		
15	TP 35		
16	TP 35		
17	TI 40		
18	TI 40		

DELIBERAÇÃO CONSAD 04/2022

Tabela 2. Composição semestral das atividades acadêmicas regulares nos contratos de trabalho docentes por Fator Trabalho Docente - FTD:

Graduação		Pós-Graduação			
Disciplinas		Orientação		Disciplinas	
Nº de Créditos	Contrato no Semestre	Nº de Orientandos	Contrato no Semestre	Nº de Créditos	Contrato no Semestre
1	FTD 1	1	FTD 1	1	FTD 1
2	FTD 2	2	FTD 2	2	FTD 2
3	FTD 3	3	FTD 3		
4	FTD 4	4	FTD 4		
5	FTD 5				

DELIBERAÇÃO CONSAD 01/2023

Tabela 2. Composição semestral das atividades acadêmicas regulares nos contratos de trabalho docentes por Fator Trabalho Docente - FTD:

FATOR TRABALHO DOCENTE (FTD)

Graduação		Pós-Graduação - Orientação		Pós-Graduação - Disciplinas		
Nº de Créditos	Horas Contratuais	Nº de Orientandos	Horas Contratuais	Nº de Disciplinas	Nº de Créditos	Horas Contratuais
1	FTD 1	1	FTD 1	1	1	FTD 1
2	FTD 2	2	FTD 2	1	2	FTD 2
3 *	FTD 3	3 *	FTD 3	1	3 *	FTD 3
4 *	FTD 4	4 *	FTD 4	1	4 *	FTD 4
5 *	FTD 5	5 *	FTD 5	1	5 *	FTD 5
6 *	FTD 6	6 *	FTD 6	1	5 *	FTD 5
		7 *	FTD 7			

* Esses créditos e orientandos são referência para atribuição de contrato (TP/TI) somente quando somados a outras atividades acadêmicas na Graduação, Pós-Graduação e/ou somadas com horas Acadêmico-Administrativas, configurando pelo menos um TP 15:

- **Graduação - Disciplinas:** de 3 a 6 créditos = TP 05 (quando somados a outras atividades);
- **Pós-Graduação - Orientação:** de 3 a 4 orientandos = TP 05 e de 5 a 7 orientandos = TP 10 (quando somados a outras atividades);
- **Pós-Graduação - Disciplinas:** de 3 a 5 créditos = TP 10 (quando somados a outras atividades);
- Para docentes com atividades exclusivamente na **Pós-Graduação**, cuja **soma de orientação e disciplinas** que não atinjam um total de 08 atividades, terão atribuição contratual de FTD.

REUNIÃO ABERTA DA APROPUC

14/06
quarta-feira
16H00

Pautas:

- ✓ Alterações no Contrato Docente
- ✓ Acordo Interno de Trabalho

Para participar entre em contato com a APROPUC via WhatsApp pelo telefone (11)3872-2685

Funcionários realizam assembleia sobre Acordo Interno

Ao fecharmos esta edição os funcionários administrativos realizam uma assembleia para discutir a proposta de texto final de Acordo Interno de Trabalho enviado pela Fundasp.

A mantenedora editou um ato onde delimitava benefícios unicamente para os funcionários ligados diretamente a Fundasp. Durante as negociações foi apresentado à AFAPUC um novo texto, com algumas diferenças do

Ato, que só se aplicaria aos funcionários ligados diretamente à administração da PUC-SP.

Reunidos em assembleia os funcionários explicitaram sua decisão de que deveria existir somente uma versão de acordo para todos os funcionários, o que foi levado ao secretário-executivo da Fundasp.

Na próxima semana relatamos as decisões da assembleia.

Prosseguem lutas contra a aprovação do Marco Temporal

Em todo o Brasil aconteceram nesta semana manifestações de grupos indígenas e de movimentos populares contra a aprovação do chamado Marco Temporal que estabelece que os indígenas só podem reivindicar a demarcação de terras que já eram ocupadas por eles na data de promulgação da Constituição de 1988.

Marchas indígenas e fechamentos de rodovias aconteceram em diferentes cidades contra a medida defendida por ruralistas de direita e as

bancadas mais reacionárias do Congresso.

O Supremo Tribunal Federal colocou em discussão a matéria nesta semana e enquanto a maioria das falas encaminhavam para a votação de inconstitucionalidade da medida o ministro bolsonarista André Mendonça, uma das maiores excrescências já produzidas pelo mundo jurídico, pediu vistas para atrasar o julgamento.

Na próxima semana as manifestações devem continuar em todo o país.

Mantenedoras fazem nova proposta aos professores do ensino superior

O Sinpro-SP noticiou em seu site que as mantenedoras apresentaram uma nova proposta econômica que avança em relação às anteriores. Segundo o sindicato também há avanços

em relação às cláusulas sociais. Para esta semana estava programada uma nova rodada de negociações depois da qual o Sinpro deverá chamar uma nova assembleia da categoria.

Estudantes da PUC-SP elegem delegados para o Conune

Os estudantes da PUC-SP votaram na semana passada para a escolha dos delegados ao 59º Conune – Congresso da UNE – que elegerá nos dias 12 a 16 de julho a nova diretoria da entidade.

Votaram 1099 estudantes da universidade que elegeram 11 delegados, assim distribuídos por chapa:

Chapa 4 (UJC) obteve 365 votos - 33,21% elegendo 4

delegados;

Chapa 3 (Paratodos)- PT : 278 votos - 25,29% - 3 delegados;

Chapa 1 (Afrontel, Ecoar, Juntos e RUA) PSOL: 226 votos - 20,56% - 2 delegados;

Chapa 2 (JS) PDT : 126 votos - 11,46% - 1 delegado;

Chapa 5 (Disparada) PT: 104 votos - 9,46% - 1 delegado.

APG tem nova diretoria

A Associação dos Pós-Graduandos, APG-PUCSP, elegeu sua nova diretoria para o biênio 2023-25. A chapa APG Presente presidida por Luiz Carlos Sousa Pereira, do mestrado em Economia Política, após a eleição enviou uma mensagem aos pós graduandos onde afirma que “A apuração da votação confirma que está eleita a chapa

“APG Presente” para a gestão 2023-2024. Agradecemos a todas, todes e todos que votaram e depositaram sua confiança em nosso projeto! Seguimos agora para uma gestão de muita luta pelas/es/os pós-graduandas/es/os da PUC-SP e pela Ciência brasileira! Se some a nós e ajude a construir essa gestão”.

APROPUC e AFAPUC contra a criminalização do MST

Os ataques da direita aos trabalhadores sem terra vêm se repetindo toda semana, culminando com a instauração da chamada CPI do MST onde os trabalhadores rurais são criminalizados e as vozes que se opõem à barbárie capitalista são cassadas. Figuras carimbadas da corrupção brasileira, como Ronaldo Caiado que acusa os sem terra de trá-

fico de drogas, quando ele próprio já foi acusado de envolvimento, vêm à tona para atacar trabalhadores do campo.

A APROPUC e a AFAPUC se colocam contra aqueles que fazem da exploração do homem pelo homem a sua forma de vida cotidiana e defendem a posse da terra àqueles que efetivamente nela trabalham.

Plano diretor, mais uma ameaça à cidade de São Paulo

A votação da revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo na Câmara dos Vereadores vem causando grande polêmica entre os moradores da cidade uma vez que aumenta a possibilidade de verticalização de São Paulo com a construção de mais prédios altos em áreas antes preservadas.

Defendida por grandes grupos imobiliários a revisão já foi aprovada em primeira votação, mas grupos de oposição às bancadas conservado-

ras vêm se manifestando nos últimos dias contra a aprovação. Um abaixo-assinado circula pela internet pedindo que, entre outras providências seja suspensa a revisão até que seja feita uma investigação sobre as denúncias envolvendo o favorecimento de interesses econômicos em troca de apoio no período eleitoral.

O texto do abaixo assinado pode ser acessado em <https://youtu.be/N4KTTr234mM>

ALICE MARCONDES

Faleceu, na semana passada, aos 59 anos, a ex-funcionária Maria Alice Marcondes. Ingressando na PUC-SP em janeiro de 1980, desligou-se no dia 18/01/2002.

O último cargo ocupado por Alice antes de deixar a universidade foi o de gerente da unidade de registro de diplomas, o antigo Cegrac. A presença de Alice na universidade nos anos 80 e 90 foi marcante, tanto pela sua atuação profissional como pela convivência com professores e funcionários e pela sua atuação nas festas da universidade, onde encantava a todos cantando um repertório de primeira linha.

A funcionária Perla Serrate descreve a amiga e companheira de trabalho de tantas jornadas:

"Quem conheceu bem Alice sabia que como pessoa era maravilhosa, coração enorme, como profissional era competente, exigente e correta, sempre se colocando disponível a auxiliar as pessoas, como cantora, encantava, como amiga era um presente, um ser humano com muita luz (Mil e uma Alices), é um orgulho ter sua amizade e poder compartilhar minha vida com alguém tão especial.

Legado não é o que você deixa para as pessoas, legado é o que você deixa nas pessoas. E a Alice inspirava as pessoas a sonharem mais, aprenderem mais, fazerem mais e tornarem-se mais. Ela sempre torcia para dar certo, fazendo diferença, ensinando, colaborando, através de um trabalho, com-



Alice em uma das festas anuais das associações nos anos 90

partilhando ideias, contribuindo para ajudar as pessoas ao seu redor.

Veio para o nosso mundo para cumprir um propósito, e cumpriu. Com toda honra".

Consun discute balanço e regimentos de faculdades

A reunião ordinária do Consun deteve-se por uma série de pontos durante mais de quatro horas na quarta-feira, 07/06. Como primeiro ponto foi apresentado o balanço financeiro da universidade no ano de 2022. Ao Consun cabe apenas tomar conhecimento dos resultados, uma vez que a peça já foi aprovada pelo Conselho da Fundação.

O resultado final apontou um superávit de R\$ 13.571 milhões no ano. Questionado sobre se esse orçamento era fruto somente dos números da PUC-SP o gerente de contabilidade da Fundasp explicou que a maioria dos números refletia somente operações financeiras da PUC-SP, porém várias operações financeiras apresentavam um saldo composto também por números da Unifai, pois não havia como

separá-los.

A despesa com pessoal ficou em torno de 67% da receita o que está dentro dos parâmetros exigidos pelo Termo de Ajustamento de Conduta imposto pelo MP que prevê uma utilização de até 75%.

Um valor questionado foi o da pesquisa que usou somente 0,3% do orçamento, o que foi considerado muito baixo pelos conselheiros, inclusive pela reitora. A representante estudantil questionou o valor das mensalidades e a necessidade de que a mantenedora repense esse montante. Porém vários conselheiros apontaram para os preços cobrados por outras instituições de ensino com o nível de qualidade da PUC-SP e que ficam nesse mesmo patamar.

A reitora Maria Amália Andery detalhou como será feito

o processo de recreciamento da PUC-SP que o MEC realiza de 10 em 10 anos.

Entre os dias 14 e 16/06 os avaliadores do MEC farão reuniões on-line com professores, funcionários e estudantes, além da reitoria para tomar conhecimento da situação da universidade. Serão feitas também visitas virtuais aos campi da PUC-SP através de câmeras que percorrerão todo o espaço da universidade.

A reitora colocou que a resposta dos docentes aos pedidos de atualização de seus documentos e currículos foi bastante positiva e que, no decorrer da avaliação os avaliadores poderão chamar para entrevistas outros membros da comunidade.

Outro tema que teve destaque na pauta foi a aprovação dos regimentos internos de

cada faculdade da PUC-SP. Depois da aprovação dos novos estatuto e regimento ficou pendente a reforma dos regimentos de cada faculdade, que deveriam seguir os ditames dos documentos principais.

A maioria das faculdades chegou a um texto que estava dentro dos parâmetros dos documentos que regem a universidade, porém as Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde e a de Ciências Exatas e Tecnologia apresentaram estruturas que chocavam-se com os textos estatutários. A primeira teve uma rápida solução com a aprovação de sugestões do Conselho, porém a introdução de núcleos na Ciências Exatas demandou uma longa discussão que foi resolvida com a exclusão de uma série de parágrafos, aprovada pela grande maioria dos conselheiros.

FALA COMUNIDADE

Contra a farsa da CPI, MST quer reforma agrária e povo na rua

José Arbex Jr

O MST, mais uma vez, está na mira da bancada da bíblia, da bala e claro, do boi. É uma bancada só. Não que todos os integrantes de uma das bancadas sejam também membros das outras duas. Alguns até são. Mas não é disso que se trata. As três bancadas são, na prática, uma só pela simples razão de terem o mesmo objetivo, atuarem segundo os mesmos métodos e defenderem, basicamente, os mesmos interesses. O que querem os nobres parlamentares membros da BBBB?

Querem manter a ditadura do latifúndio, do agronegócio, das transações pecuniárias suspeitas que envolvem grilagem de terras, querem a exploração desenfreada e predatória das riquezas conhecidas e por serem descobertas da Amazônia, querem expulsar os povos originários de seus territórios, querem o fim dos quilombos, querem prevalecer na base da porrada, da violência, das armas. Por isso, instalaram, mais uma vez, em 17 de abril, uma nova CPI para “investigar o MST”. Mais uma CPI depois de várias outras, que jamais conseguiram provar coisa alguma. Não há nada para se provar, os nobres parlamentares sabem disso. A farsa se repete como farsa. Farsa. Não se trata, aqui, de nenhum abuso de linguagem. Basta verificar a composição da CPI. “Dos

27 membros titulares da comissão apenas sete são progressistas e apoiam abertamente a reforma agrária: Daiana Santos (PcdoB-RS), Max Lemos (PDT-RJ), Nilto Tatto (PT-SP), Padre João (PT-MG), Paulão (PT-AL), Valmir Assunção (PT-BA) e Sâmia Bomfim (PSOL-SP)”, informa o jornal Brasil de Fato. “Por outro lado, os principais cargos foram ocupados por deputados da extrema direita, próximos ao ex-presidente Jair Bolsonaro, como o presidente da Comissão que é o Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS) e o relator Ricardo Salles (PL-SP)”, continua o jornal. Vejam que maravilha: Zucco, o presidente da CPI, “recebeu dinheiro para financiamento de sua campanha do empresário Celso Rigo, proprietário da marca de arroz Prato Fino”. De modo que as investigações contra o MST serão presididas por um amiguinho de um conhecido latifundiário. Claro que a imparcialidade está garantida. Quem pode duvidar? Mas, tem mais: “As relações entre eles, porém, podem ir além. Um dos principais sócios de Rigo, José Renan Toniazzo, é proprietário de área que já foi ocupada pelo MST”, diz o jornal Brasil de Fato. Em linguagem popular, que é sempre mais direta ao ponto e saborosa, isso significa que botaram a raposa para tomar conta do galinheiro. Alguém poderia argu-

mentar que o BdF é uma fonte “suspeita”, por seus vínculos com o MST e os movimentos sociais. Ok. Mesmo deixando de lado o fato de que todos os “jornalões” e redes de comunicação têm vínculos com o sistema financeiro, com o agronegócio e com o capital em geral, e nem por isso são considerados “suspeitos” por quem faz esse tipo de observação, basta dizer que as ligações perigosas entre Rigo, o amigo de Zucco, e Toniazzo, o latifundiário, já foram noticiadas até por veículos acima de qualquer suspeita:

“Reportagem do jornal Zero Hora que contou de maneira lúdica a vida de Rigo citou episódio daquele ano, quando ele convidou Toniazzo para ser seu sócio na Pirahy Alimentos, empresa que hoje produz o arroz Prato Fino – relata, ainda, o BdF. ‘Na época, eu ainda não tinha 18 anos e o Celso pediu liberação a meus pais para que pudesse trabalhar’, contou Toniazzo ao jornal, que não deixou claras as origens da parceria”. Não é comovente? E a farsa não para por aí, não senhor. O relator é o famoso “ministro da boiada”, ninguém menos.

Vamos sintetizar: o presidente da CPI tem vínculos com o latifúndio, o relator da CPI tem como sonho de vida “passar a boiada” em defesa dos interesses das madeireiras, mineradoras, do agronegócio e sabe-se lá mais o que, a

maioria é integrada por parlamentares associados à extrema-direita. Somente alguém com sérios problemas cognitivos poderia enxergar alguma seriedade nessa pantomima. Não provarão nada, como nunca provaram nada.

Mas, então, qual o verdadeiro interesse por trás da instalação da CPI? Trata-se, simplesmente, de manter a mesma tática que mantiveram ao longo dos últimos anos: criar factoides, ocupar as páginas de jornais e minutos de TV com encenações idiotas, alimentar as bolhas com fake news utilizando recortes de discursos no âmbito da CPI e, sobretudo, atacar um governo que tenta fazer o possível para sanar ou, pelo menos, minimizar os terríveis danos econômicos, ambientais e humanos causado por seis anos de desgoverno Temer – Bolsonaro.

Dizer que a CPI contra o MST é uma farsa não significa subestimar sua capacidade de destruição. Farsas podem ser altamente corrosivas, como mostrou o impeachment de Dilma Rousseff, a Lava Jato e a prisão do presidente Lula. Em contrapartida, o MST mostra o melhor método contra a farsa não são os discursos inflamados, nem os acordos feitos nos bastidores dos palácios. É a continuidade ininterrupta da luta pela reforma agrária. É o povo na rua.

José Arbex Jr. é professor do Curso de Jornalismo